



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE O DEBATE ANTIRRACISTA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL

JOÃO VICTOR SILVA CABRAL¹

RESUMO

As históricas desigualdades étnico-raciais que acompanham a construção sociopolítica do Brasil precisam ser abordadas nos espaços de formação acadêmico-profissional. O presente estudo discute a importância da questão étnico-racial e sua intrínseca relação com os fundamentos do Serviço Social. Trata-se de uma investigação qualitativa de natureza exploratória, utilizando-se dos aspectos da totalidade histórica para a apreensão da realidade social por meio da técnica de pesquisa bibliográfica. Dos resultados obtidos, constata-se a urgência da questão étnico-racial na formação profissional; a necessidade de incorporação do debate antirracista aos núcleos de fundamentação da profissão, a partir de uma totalidade diversificada que leve em consideração as contradições de classes conectadas às étnico-raciais; e a importância da unidade dialética entre as lutas de raça/etnia, classes e gênero por emancipação política e humana no combate às relações de opressão-exploração que fundam a sociedade racista-patriarcal-capitalista.

Palavras-chave: questão étnico-racial; formação profissional; antirracismo; fundamentos.

ABSTRACT

The historical ethnic-racial inequalities that have accompanied Brazil's sociopolitical development must be addressed in academic and professional training spaces. This study discusses the importance of the ethnic-racial issue and its intrinsic connection to the foundations of Social Work. It is a qualitative exploratory investigation that utilizes the concept of historical totality to grasp social reality through bibliographic research. The results highlight the urgent need

¹ Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

for the ethnic-racial issue in professional training; the necessity to incorporate the anti-racist debate into the core principles of the profession a diverse totality that considers the class contradictions intertwined with ethnic-racial ones; and the importance of defending the dialectical unity among the struggles of race/ethnicity, class, and gender for political and human emancipation in the fight against the oppressive-exploitative relations that underpin the racist-patriarchal-capitalist society.

Keywords: ethnic-racial issue; professional training; anti-racism; fundamentals.

I. Introdução²

A formação social, econômica e política do Brasil decorre do estabelecimento de hierarquias sociais pautadas em relações de opressão e exploração, apresentando marcas sócio-históricas que consolidam profundas desigualdades étnico-raciais nas relações sociais, ainda persistentes na realidade contemporânea do país, de forma contundente.

Nos últimos anos, trabalhos científicos no âmbito da profissão vêm apontando a necessidade histórica de realização do debate antirracista nas investigações e intervenções profissionais das/os assistentes sociais, levando em consideração sua direção ético-política, notadamente revolucionária contra as determinações históricas de exploração que advém da conjuntura de dominação do sistema capitalista e racista. Progressivamente, a questão étnico-racial vem sendo pautada pelas/os profissionais por meio de teses, dissertações e artigos científicos, nas múltiplas formas de produção científica a nível nacional (Rocha, 2014; Lopes, 2021; Madeira, 2022; Henriques, 2020; Faustino, 2016; Correia, 2018; Moreira, 2019; Vassalo, 2018). Os apontamentos sobre a importância desta demanda no Serviço Social é o que há em comum entre essas produções. Logo, é razoável que o debate antirracista ocorra, de forma crítica, nos espaços de formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais.

Compreende-se que a aprovação na Assembleia da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) do GTP denominado “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades” — a qual foi realizada em Natal (RN), na ocasião do XIV ENPESS no ano de 2014 — é um marco histórico que representa um importante avanço deste debate na profissão por meio da formação acadêmico-profissional.

² Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Este documento preconiza, dentre suas diretrizes, a necessidade da inclusão de pelo menos um componente curricular na graduação de Serviço Social tangível às temáticas sobre as relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração, compreendendo que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações.

Mais recentemente, no ano de 2018, há o lançamento do documento também formulado pela ABEPSS, designado “subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação profissional em Serviço Social”, o qual objetiva a constituição e o direcionamento do debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional das/os assistentes sociais, ao passo que reafirma sua centralidade, sendo reiterado que “as Diretrizes Curriculares ABEPSS de 1996 apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial” (Abepss, 2018, p. 10).

O presente artigo objetiva o fomento do debate antirracista nos espaços de formação acadêmico-profissional, explicitando sua centralidade na produção de conhecimento em Serviço Social, a partir do resgate histórico da pós-graduação desta área e da inserção da questão étnico-racial. Há uma abordagem sobre as nuances do racismo na sociedade brasileira e sua indissociabilidade com o modo de produção capitalista, expondo sua necessidade doravante à leitura das Diretrizes Curriculares e do Código de Ética da profissão, os quais dão corpo à concepção de formação e trabalho profissional das/os assistentes sociais, respectivamente.

O trabalho de natureza exploratória e caráter qualitativo foi construído por meio da técnica de pesquisa bibliográfica. Portanto, buscando atingir seu objetivo, o estudo em tela está dividido em duas seções, a saber: II. Serviço Social na pós-graduação brasileira: resgate histórico e aportes teóricos da produção de conhecimento da área; III. O racismo na sociedade brasileira e o debate étnico-racial nos espaços de formação acadêmico-profissional.

II. A pós-graduação brasileira em Serviço Social: resgate histórico e aportes teóricos da produção de conhecimento

A história do Serviço Social no Brasil tem início na década de 30 do século passado, intrinsecamente relacionado às iniciativas da Igreja Católica, integrando parte das estratégias de “[...] qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina - por meio dos movimentos da ação social e ação católica -, em sua missão de apostolado junto à *família operária*. Registram-se, nas origens da profissão, *fortes influências do Serviço Social francês e belga*” (Iamamoto, 2019, p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

42, grifos da autora). Fica posto neste estudo que as primeiras escolas de Serviço Social surgiram entre os períodos de 1936 a 1945, carregadas de pressupostos católicos na formação e no trabalho profissional, contexto contraditório com a presença de “[...] iniciativas do Estado, seja em aliança com a Igreja, seja sob influência do movimento sanitarista ou ainda como parte do movimento da Escola Nova, marco inaugural do projeto de renovação educacional do país” (Idem, p. 42-43).

Nesta obra, intitulada “Serviço social na história: América Latina, África e Europa”, lamamoto (2019) realiza um resgate dos principais marcos históricos da profissão no Brasil, expondo os contextos institucional e político, as influências teóricas e metodológicas de outros países no bojo do Serviço Social brasileiro, além das questões ético-políticas de rompimento com o conservadorismo, a partir do movimento de reconceituação do Serviço Social. Nesse mesmo sentido, Garcia (2018, p. 263) preconiza que

[...] entender o processo de expansão da formação profissional requer inscrever a profissão no movimento histórico da sociedade. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social como profissão e área de conhecimento em si mesmo, para situá-lo no contexto de relações mais amplas, constitutivas da sociedade capitalista, particularmente no âmbito das respostas que a sociedade e o Estado constroem frente à questão social e às suas manifestações, em suas múltiplas dimensões. Essa sociedade é produto de relações sociais contraditórias, que atravessam a totalidade da vida social e permeiam as políticas sociais e o próprio Estado.

Portanto, ressalta-se que o Serviço Social no Brasil tem suas particularidades e “[...] raízes na reconceituação latino-americana, é expressão do amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar” (lamamoto, 2019, p. 45). Essas transformações sociais no interior da sociedade brasileira expressam o avanço das lutas democráticas no país que se refletiram amplamente nos espaços da profissão, haja vista que condicionaram

[...] o horizonte de preocupações emergentes no Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que vai resultar em significativas alterações no *ensino, na pesquisa e na organização político-corporativa dos assistentes sociais*. Revigora-se uma ampla e fecunda *organização da categoria em suas bases sindicais, acadêmicas e profissionais*” (Idem, p. 46, grifos da autora).

O advento da pós-graduação na área de Serviço Social se sucede nesta realidade social de profundas transformações políticas no Brasil e, em particular, no seio da profissão. Assim sendo, “[...] o mestrado inicia-se na década de 1970 e o doutorado na de 1980. O Serviço Social, desde os anos 1980, é oficialmente reconhecido como *área de conhecimento* pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, conquista pioneira da América



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Latina” (Iamamoto, 2019, p. 55, grifos da autora). Tais fatos nos permitem afirmar que foi incorporada à condição de profissão a dimensão de disciplina científica “[...] ou área de conhecimento, afirmando o estatuto teórico da profissão e sua contribuição à produção de conhecimento” (Idem, p. 55). Por sua vez, Garcia (2018, p. 263) destaca que:

[...] o impulso à formação pós-graduada se fortaleceu especialmente em função de dois fatos: (i) a aprovação, em 1979, em Natal, da revisão curricular encaminhada pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), sob uma perspectiva crítica, o que demandou um aperfeiçoamento profissional; (ii) a integração de muitos cursos profissionais de Serviço Social no sistema federal de ensino superior, nas décadas de 1960 e 1970, conferindo uma maior preocupação à produção mais sistemática do conhecimento e, conseqüentemente, à formação pós-graduada.

Tendo em vista os avanços na profissão obtidos nesse ínterim, Garcia (2018) nos aponta o reconhecimento do papel contínuo e sistemático da ABEPSS, da comunidade científica representada pelos pesquisadores em Serviço Social e dos programas de pós-graduação no sentido do fortalecimento e da legitimação do conhecimento produzido pela área. Tornando-se evidente “[...] a maturidade ética e política necessária em diferentes níveis de interlocução, ou seja, nas articulações internas à categoria profissional, externas (com outras áreas de conhecimento) e institucionais (com organismos distintos de fomento à pesquisa e à pós-graduação, tanto nacionais quanto internacionais)” (Idem, p. 264).

Em outro estudo, utilizando-se do método de análise descritiva das informações públicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Geocapes e dos relatórios de programas, Garcia (2017, p. 146) realiza um debate indispensável sobre a constituição e consolidação da área de pós-graduação em Serviço Social. A partir desta análise sob uma perspectiva histórica, a autora considera “[...] o período inicial de criação dos primeiros programas na área, entre as décadas de 1970 e 1980; o período de expansão, entre 1990 e 2005; e o período atual, entre 2006 e 2016”. A respeito da gênese da pós-graduação, fica ressaltado que:

[...] os anos 1960-1970 foram um período de criação de programas de distintas áreas, cumprindo, assim, as exigências e os interesses políticos de expansão do ensino pós-graduado para fazer frente às demandas do país à época do desenvolvimentismo. Por exemplo, das 48 áreas de conhecimento existentes em 2016 na CAPES, 28 tiveram seus programas mais antigos criados entre 1960 e 1969, e 18 entre os anos de 1970 e 1974. Entre estes últimos estão: Geografia, Serviço Social, Arquitetura, Arte, Ciências Sociais Aplicadas I, Direito, Enfermagem, Ensino, Farmácia, Filosofia, História, Medicina I, Medicina II, Medicina III, Medicina Veterinária, Nutrição, Planejamento Urbano e Saúde Coletiva (Garcia, 2017, p. 147).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A partir deste reconhecimento do Serviço Social como área do conhecimento, a autora traz à tona as problemáticas presentes neste contexto inicial de implementação dos programas no país. Dentre estas, consta a configuração do corpo docente, conforme apontado nos pareceres emitidos pelos órgãos responsáveis pelo fomento à produção científica nacional, a exemplo da CAPES. Nessa cena, múltiplos eram os desafios, a exemplo da exigência da titulação de doutorado para os professores integrantes do corpo docente nos programas: “[...] a titulação dos docentes para a área era um desafio a se superar, não só no Brasil, como nos demais países da América Latina”, tendo em vista que a insuficiência de “[...] titulação dos docentes também foi alvo de críticas pela CAPES, quando da submissão do projeto de doutorado pela PUC-SP”. Os programas criados nos anos seguintes encararam as mesmas dificuldades, como foi o caso do primeiro programa da região nordeste (UFPB) e da região sul (UFSC) (Garcia, p. 149, 2017).

A consolidação da pós-graduação em Serviço Social se sucede apenas no início do século XVI, levando em consideração que o “[...] o crescimento dos programas de pós-graduação da área de Serviço Social entre 1996 e 2014 foi de 233,33% para os cursos de mestrado e 700% para os cursos de doutorado. E mais, em 2014, 76,1% dos doutores titulados estavam empregados” (Garcia, 2017, p. 149-150). A autora detalha tais informações quando ressalta o expressivo salto quantitativo entre 2000 e 2015, pois o número de docentes oscilou entre 107 e 418, cenário que evidencia um crescimento exponencial “[...] se considerarmos que, entre 1998 e 2000, a média foi de 8 docentes por programas e, em 2015, a relação se alterou positivamente para 12 docentes por programas” (Garcia, 2017, p. 151). Concluindo o estudo, a autora pontua que:

A sincronia entre a implementação dos primeiros programas de Serviço Social e o início da consolidação da pós-graduação entre 1960 e 1990, ou seja, no primeiro momento desse processo, contradiz algumas manifestações que é uma área ainda recente no cenário da pós-graduação no Brasil. Além desse primeiro movimento de institucionalização, em que pesem as dificuldades com a qualificação docente e as estratégias exitosas dos programas nesta linha, o rápido desenvolvimento dos programas da área favoreceu a inserção de novos doutores e a realização de estudos pós-doutorais, constituindo-se, hoje, um quadro docente com a competência exigida para uma formação compatível com as demandas da sociedade brasileira (Garcia, 2017, p. 151-152).

Dentre os fatores determinantes no processo de formação acadêmico-profissional, é inegável o papel que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) vem desenvolvendo no campo científico da profissão. Na sua história, um marco importante foi a Convenção de 1979, posteriormente ao Congresso da Virada, quando esta assume a demanda de coordenação e articulação do projeto de formação profissional, além da criação do Centro de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, destinando-se ao atendimento das novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972 (Abepss, n.p).

Em 1996, a ABESS transforma-se em ABEPSS, mudança de nome defendida em razão da defesa dos “[...] princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade” (Abepss, n.p). Junto aos profissionais, discentes e docentes, tal entidade foi a principal responsável pela formulação das Diretrizes Curriculares que norteia a proposta de formação profissional na defesa dos seguintes pressupostos:

[...] universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com os valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (Iamamoto, 2014, p. 625).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, propostas pela categoria, contribuíram imensamente para o avanço emancipatório e o fortalecimento da formação e do trabalho profissional. Este documento orienta a formação a partir de núcleos de fundamentação, os quais se configuram como um conjunto de conhecimentos indissociáveis, a saber: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (Abess/Cedepss, 1996). Nessa orientação, depreende-se que o trato da questão étnico-racial precisa ser feito a partir da proposta destes núcleos de fundamentação, reconhecendo que o debate antirracista está intimamente relacionado às particularidades da formação sociohistórica da sociedade brasileira, aos fundamentos teórico-metodológicos tanto da vida social quanto do trabalho profissional.

Levando em consideração esses períodos de criação (1970-1980), expansão (1990-2005) e consolidação (2006-2024) da pós-graduação brasileira em Serviço Social, é notório que o debate étnico-racial na profissão ganhou mais fôlego nos últimos anos. Resultado do empenho da categoria profissional na defesa de seu Projeto Ético-Político, bem como a partir do ingresso de estudantes negras/os na universidade e nos cursos de Serviço Social, a questão étnico-racial tem sido pautada por amplos os setores da profissão e abordada nos espaços de formação e de trabalho profissional. Nesse sentido, entendemos que a criação do GTP “Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, em Assembleia da ABEPSS, se configura como uma das forças motrizes deste debate no Serviço Social e em seu campo de produção do conhecimento.

No que tange ao processo de formação acadêmico-profissional, Andrade (2014. p. 4) afirma que o currículo não se limita a uma fusão despreziosa e uma simples justaposição de conteúdos, pelo contrário, trata-se de um campo de disputa entre projetos de formação completamente distintos que reverbera na “[...] expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que são imanentes à direção social que se deseja imprimir a um projeto de formação profissional, incorporado num projeto educacional de curso”. Em consonância, a autora em epígrafe preconiza que:

descolonizar os currículos é mais um desafio [...] muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social [...] sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012, p. 102).

O debate em questão deve ser realizado nos espaços profissionais das/os assistentes sociais, tendo em vista o delineamento teórico-prático proposto pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares e pela própria Legislação Profissional. Pois é fato que tais pressupostos têm em seu horizonte o processo de construção de uma nova ordem societária: sem dominação, exploração de classe, etnia e/ou gênero e de exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Barroco, 2012).

III. O racismo na sociedade brasileira e o debate étnico-racial nos espaços de formação acadêmico-profissional

Utilizamo-nos da vertente materialista histórico-dialética para a compreensão do sistema racista, entendendo que é salutar o debate sob este prisma que apreende criticamente o conceito de raça enquanto uma construção social. O racismo atravessa a sociedade brasileira de forma estrutural, sendo o responsável pela definição e manutenção das relações raciais na contemporaneidade. Para o autor:

[...] raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico.

Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2018, p. 19).

Atentando-se às circunstâncias históricas desde o século XVI, onde são construídos socialmente os sentidos específicos da raça, Almeida (2018) aponta a expansão mercantilista e a descoberta do novo mundo como os elementos centrais da ascensão da cultura renascentista. As bases deste ideário filosófico moderno sustentaram a expansão comercial burguesa, transformando os valores, a cultura e o homem europeu como universais, logo “todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas [...] o colonialismo foi um projeto de universalização, cuja finalidade era inscrever os colonizados no espaço da modernidade”. Nesse sentido, o racismo fica apreendido enquanto um sistemático mecanismo de “discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 20-25).

Problematizando a globalização e resgatando os aspectos tangíveis às transformações sociais da sociedade brasileira e de seus sistemas econômicos, Ianni (2003) afirma que da mesma forma que o liberalismo, como teoria, prática e ideologia, configurou-se como o emblema da revolução burguesa nacional, o neoliberalismo enquanto teoria, prática e ideologia, é necessariamente o emblema do novo ciclo da revolução burguesa no contexto da globalização:

[...] no essencial, configurava-se principalmente como ‘nacional’, transformando a sociedade feudal ou escravocrata, gestando a sociedade nacional, burguesa, moderna ou propriamente capitalista. É a revolução burguesa que forma e conforma a sociedade nacional, dissolvendo rápida ou lentamente as instituições, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais feudais ou escravocratas, estamentais ou de castas (Idem, p. 23).

No que se refere aos índices socioeconômicos que revelam as desigualdades oriundas do racismo estrutural na dinâmica da sociedade brasileira contemporânea, há o Atlas da Violência (2021), que discorre sobre o extermínio massivo da população negra e periférica, divulgando que a violência letal contra pessoas negras é 162% maior entre pessoas não negras. Neste relatório, fica reconhecida a situação de vulnerabilidade social, ao passo que são destacadas algumas motivações para os números expressivos de crimes contra a população negra, rigorosamente associada às

[...] variáveis socioeconômicas e demográficas, que definem um lugar social mais vulnerável aos negros na hierarquia social e que limitam o seu acesso e usufruto às condições de vida melhores; a reprodução de estereótipos raciais pelas instituições do sistema criminal, sobretudo as polícias, que operam estratégias de policiamento baseadas em critérios raciais e em preconceitos raciais, tornando a população negra o alvo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

preferencial de suas ações; e a ausência de políticas públicas específicas que combatam as desigualdades vividas por essa parcela da população (Cerqueira, 2021, p. 50).

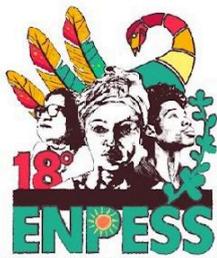
No exercício de problematização da miscigenação e da raça, Lopes (2021) traz à tona elementos importantes sobre a eugenia no país enquanto mecanismo de branqueamento da população sob uma perspectiva biológica, expressando-se como parte de um projeto de povo. Para o autor em epígrafe, o fundador da eugenia a desenvolve considerando em termos biológicos e sociais a explicação das diferenças entre os povos, sendo a elite da classe dominante superior do ponto de vista físico e mental. Por consequência, os descendentes destas famílias são os herdeiros das qualidades dos pais.

O autor destaca Francis Galton como o fundador desses ideais e o principal expoente da eugenia no contexto internacional, o qual, dentre suas diversas acepções, atribuía à delinquência à natureza biológica dos indivíduos. Este movimento chega no interior da sociedade brasileira

[...] na passagem do século XIX para o XX, com a finalidade de responder às contradições sociais emergentes, por exemplo, o 'problema da raça' e do sanitarismo. As ideias referentes à eugenia ganharam ampla circulação a partir de ações encampadas por Renato Kehl (1889-1974) [...] havia a pretensão de racionalizar a imigração, findar a delinquência, liquidar os 'degenerados' através da consolidação de uma política de cariz sanitária. Melhorar a 'raça', por meio do branqueamento, seria um meio para construir uma nação que representasse o progresso (Lopes, 2021, p. 36-37).

Diversas são as facetas do racismo na vida e dinâmica da sociedade brasileira, possuindo íntima relação com suas estruturas econômicas. Reiterando a abordagem materialista histórico-dialética, pois trata-se de um instrumento crítico para a apreensão dessas contradições sociais, nos alinhamos à perspectiva epistemológica a qual compreende que as desigualdades que permeiam os sistemas capitalista e racista têm suas bases na indissociabilidade entre as relações de opressão e exploração. A partir desta inerência, são produzidas profundas e indissociáveis desigualdades de classes e étnico-raciais, cenário no qual as relações sociais são normalizadas através da opressão que perpetua os privilégios e as desigualdades, caracterizando a exploração (Barroso, 2018).

A autora ressalta que as desigualdades de classe e “[...] étnico-raciais geram distintas formas de subjetividade [...] operando na determinação das formas específicas — e hierarquizadas — de como as opressões são vividas objetiva e subjetivamente (Barroso, 2018, p. 459). O termo utilizado para dar conta dessa discussão é unidade dialética entre as lutas, o qual nos indica o reconhecimento de que as desigualdades sociais não se limitam apenas à classe e abarcam as relações étnico-raciais e de sexo-gênero, visto que as opressões se encontram fundidas historicamente à exploração. Esta compreensão é uma “[...] possibilidade para a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

unificação das lutas por emancipação política e humana, diga-se, a partir de uma totalidade diversificada, que reconheça as múltiplas experiências objetivas e subjetivas de sexo/gênero (incluindo as sexualidades) e étnico-raciais” (Idem, p. 455).

Sob esse prisma, entende-se a questão étnico-racial como as expressões decorrentes das relações de alteridade, de forma histórica, nos contextos de poder e das hierarquias raciais do país. Segundo Nilo Gomes, a raça opera como forma de classificação social e demarcação das diferenças na interpretação política e identitária nos processos histórico, social, político, econômico e cultural. Por sua vez, Koga (2018, p. 403) preconiza que “o preconceito étnico-racial foi e ainda é um dos pilares de sustentação das desigualdades, e isso tem que ser tratado no trabalho e na formação dos estudantes e profissionais que compõem o serviço social brasileiro”. Irrevogavelmente, é fato que “[...] o combate a todas as formas de preconceito tem que estar no cotidiano de formação e do trabalho profissional, e não apenas ser abordado quando uma atividade discriminatória surge” (Idem, p. 403).

O debate sobre a questão étnico-racial se caracteriza nas ciências sociais e humanas como um instigante objeto de análise investigativa, a partir de estudos e pesquisas que visam o deciframento do legado do período colonial e escravista na sociedade brasileira e evidenciam suas particularidades históricas, políticas, sociais, econômicas e étnico-raciais. Este debate vem sendo fundamentado e protagonizado por teóricas/os negras/os, a exemplo de Lélia Gonzalez, Silvio Almeida, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Maria Carolina de Jesus, Beatriz Nascimento, Nilma Lino Gomes, dentre tantas/os.

Contraditoriamente, desde a gênese do Serviço Social, constata-se que, historicamente, a presente discussão foi silenciada na profissão. Entretanto, desde o início do século XXI, a discussão vem sendo pautada e realizada pelos/as profissionais e pesquisadores/as da área, tendo ganhado mais força nos últimos dez (10) anos. Reiteramos que atribuímos esse avanço à criação do GTP sobre as relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades após aprovação pela Assembleia da ABEPSS, realizada em novembro de 2014 em Natal (RN), particularizando-se como um dos pontos cruciais que marca a escalada conceitual do debate antirracista e o coloca como central nas esferas da profissão, explanando a necessidade de incorporação do antirracismo crítico aos fundamentos da profissão.

Como temática transversal ao currículo, a questão social não é propriedade de um dos núcleos de fundamentação, devendo estar presentes nas várias matérias, disciplinas e demais atividades que constituem o projeto pedagógico do curso. Da mesma forma, a leitura das



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diretrizes Curriculares nos evidencia a importância da questão étnico-racial e a necessária incorporação à formação, visto que sua compreensão emerge enquanto condição fundamental nos estudos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, apontando para a construção de estratégias de enfrentamento das variadas manifestações discriminatórias e opressoras de cunho étnico-racial. As próprias Diretrizes Curriculares da profissão, de 1996, salientam a necessidade de incorporação do debate étnico-racial no processo formativo do assistente social (Abepss, 2018).

No que tange ao trato da questão étnico-racial no Serviço Social, compreendemos que tal análise deve afastar-se de concepções pós-modernas que trazem consigo perspectivas individualizantes na leitura da dinâmica social, desconsiderando a necessidade de superação do *status quo* de exploração da sociedade capitalista, assim como ignoram a necessidade de construção de uma nova ordem societária (Cisne, 2021). A autora coloca que essas perspectivas se restringem à construção das identidades sociais dos indivíduos ou a influência dos valores conservadores a serem transformados nas práticas sociais e na esfera das relações interindividuais, adotando “[...] o conceito de identidade em uma perspectiva individualista, essencialista e autonomizada das relações sociais que produzem experiências sócio-históricas desiguais entre os grupos sociais” (Cisne, 2021, p. 10).

A direção sociopolítica do Serviço Social, pautada na teoria social crítica, é ressaltada por Rocha (2014) quando traz para o debate a necessidade de abordagem da questão étnico-racial no exercício profissional, explorando o racismo, suas nuances e as desigualdades históricas a que estão submetidas às populações negras e indígenas. Em contrapartida, sua recusa ao longo do processo formativo pode resultar nos seguintes aspectos destacados pela autora:

[...] primeiro, *contribuir com a manutenção de relações discriminatórias e de ampliação das desigualdades sociais* em decorrência do racismo e suas múltiplas expressões na realidade brasileira; em segundo, de *deixar brecha para que outros referenciais teórico-políticos, de cunho conservador ou pós-moderno, apropriem-se dessa discussão e ocupem grande parte dos recursos político-pedagógicos* (referencial bibliográfico, atividades de extensão e de pesquisa etc.) utilizados como instrumentos de formação. Ou seja, *ou a categoria profissional incorpora essa discussão, dando relevo ao tema a partir de uma perspectiva teórico-crítica, ou deixará que esse debate seja realizado de forma a-histórica e descolada das múltiplas determinações históricas e materiais* (Rocha, 2014, p. 109, grifos nossos).

Portanto, o aprofundamento deste debate ao longo da formação profissional revela-se imprescindível ao passo que se caracteriza como uma tarefa coletiva da profissão o combate à segmentação da questão étnico-racial como uma expressão da questão social ou como temática isolada (Elpídio, 2020). Em consonância, Paula (2020, p. 177) preconiza que a luta antirracista se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

materializa como elemento-chave para apreensão da luta de classes, posto que “a expropriação da classe trabalhadora e os níveis crescentes das desigualdades sociais são mediatizadas pela questão étnico-racial, tendo o racismo como um eficaz mecanismo de restrição e seleção do acesso a direitos”.

Isto posto, os estudos étnico-raciais na profissão devem ter em seu horizonte o reconhecimento de que a exploração de corpos negros se constitui como mecanismo de manutenção da ordem capitalista, de modo a estabelecer, estrutural e historicamente, a condição do ser negro na sociedade (Elpídio, 2020), dado o fato de que:

[...] o negro precisa afirmar-se negando suas origens, sua cultura, sua linguagem, sua resistência em prol de um projeto branqueado, europeu, que serviu ao colonialismo na fase das expansões capitalistas e hoje serve como subterfúgio do imperialismo, uma vez que as expressões de sujeitos coletivos detonam a ideologia liberal e evidenciam o fracasso do projeto capitalista como alvo emancipatório e de desenvolvimento civilizatório (Idem, p. 522).

Ao reafirmar da atualidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, sendo ressaltado como explicação de sua consolidação e resistência ao longo dessas três décadas a firme direção política de suas organizações representativas, bem como a coerência interna de seus documentos-chave, nos cânones do próprio Código de Ética de 1993, Behring (2013) realiza um debate sobre as categorias analíticas que fundam a teoria marxista: a emancipação política e humana. Estes preceitos teóricos são trazidos pela autora a partir da compreensão dialética entre emancipação humana e política “[...] forjando nexos entre a dinâmica da realidade brasileira e o cotidiano profissional. Numa sociedade heterônoma, dependente e extremamente desigual, de passado escravista, na periferia do mundo do capital” (Behring, 2013, p. 16). Para a autora, tais princípios:

[...] apontam para a perspectiva da emancipação humana, a exemplo da plena expansão dos indivíduos sociais e da socialização da economia, da política e da cultura, numa perspectiva de superação da desigualdade de classes. O humano genérico e as necessidades radicais também comparecem na recusa a todas as formas de discriminação e preconceito, o que tem colocado os assistentes sociais lado a lado com os movimentos contra a homofobia, o racismo e a opressão de sexo (Idem, p. 16).

Destarte, o coletivo profissional não deve abdicar-se de suas competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativo, as quais são indispensáveis à constituição de profissionais com um “[...] um perfil profissional crítico, interventivo, competente e comprometido com a transformação social. Isso requer enfrentamento ao próprio racismo impregnado no interior da profissão [...] os valores e princípios éticos se constituem na práxis social” (Ferrugem, 2022, p. 457).

IV. Considerações Finais

Evidenciada a intrínseca relação da questão étnico-racial com o Serviço Social, a presença deste debate nos espaços da formação acadêmico-profissional das/os assistentes sociais mostra-se indispensável, a partir do delineamento teórico-metodológico proposto pelas Diretrizes Curriculares, as quais se coadunam com os pressupostos ínsitos no Código de Ética da profissão, ambos em torno da defesa de uma nova ordem societária e expressamente contrários às relações de opressão-exploração que fundam a sociedade capitalista e, por consequência, seu trabalho profissional. É urgente que o processo formativo aborde o racismo impregnado na sociedade que, historicamente, também se refletiu nas esferas profissão, alinhando-se com a pauta antirracista sob a perspectiva da teoria social crítica e às lutas dos movimentos sociais negros/as, indígenas e quilombolas.

Desse modo, o debate antirracista se coloca como um vultoso instrumento que dá subsídios ao deciframento das desigualdades oriundas da sociedade capitalista e racista. Por isso, tais discussões no processo de formação acadêmico-profissional e na produção do conhecimento científico são caras ao Serviço Social brasileiro, comprovando que os esforços empreendidos, desde a construção de seu Projeto Ético-Político, pelos coletivos profissionais da categoria em torno desta temática são indispensáveis, pois vêm contribuindo com a ruptura epistemológica eurocêntrica e conservadora ao reafirmar a direção revolucionária reivindicada para o seu trabalho investigativo e interventivo na contemporaneidade.

Tendo em vista os desafios postos à conjuntura socioprofissional em torno da questão étnico-racial, defendemos a unidade dialética enquanto aporte crítico tanto de compreensão quanto de enfrentamento das contradições sociais de classes, étnico-raciais e também de sexo-gênero no contraponto às injustiças dos sistemas racista, patriarcal e capitalista, visto que operam indissociavelmente, produzindo múltiplas desigualdades. Trata-se de um mecanismo teórico-prático que corresponde à transversalidade desta discussão ao pautar a necessidade de unificação dessas lutas no combate às relações de opressão e exploração, levando em consideração suas formas específicas e hierarquizadas no contexto da sociedade patriarcal-racista-capitalista, merecendo espaço nos componentes curriculares e nas variadas formas de produção científica, haja vista a dimensão ética pautada nos preceitos da emancipação política e humana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

V. Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI, São Paulo, 1996.

ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, 2018.

ABEPSS. História. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/historia-7>> Acesso em: 04/08/2024.

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Maria Angela R. Alves da. O ensino superior e o ensino no curso de Serviço Social. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_ensino.htm Acesso em: 05/08/2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). São Paulo: Cortez, 2012.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. Serv. Soc. Soc.: São Paulo, n. 133, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

CISNE, Mirla. Feminismo e desigualdade: uma análise materialista das relações de opressão-exploração das mulheres. Vitória: Argumentum, 2021.

CORREIA, Aline Nascimento Santos. Determinantes do silenciamento da questão étnico-racial no Serviço Social brasileiro. Dissertação (Mestrado). 140 p. Sergipe, 2018.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. R. Katál., Florianópolis, 2020.

FAUSTINO, Maiara Silva. POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: reflexões para a formação profissional em Serviço Social. Dissertação (Mestrado). 114 p. Rio de Janeiro, 2016.

FERRUGEM, Daniela. Questão social e questão racial na formação em serviço social: debate necessário. v. 25, n. 51. Brasília: Ser Social, 2022.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. Graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Textos & Contextos, v. 17, n. 2, p. 262-275. Porto Alegre, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Reflexões sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil através do perfil dos docentes. R. Katál., v. 20, n. 2, p. 145-154. Florianópolis, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículos sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

HENRIQUES, Cibele da Silva. A MÁSCARA DE FLANDRES: o racismo estrutural colonialista no processo de trabalho e formação profissional negra. Tese (Doutorado) 289 p. Rio de Janeiro, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

IANNI, Octavio. Raízes da Violência. In: CAMACHO, Thimoteo (org). Ensaio sobre violência. Vitória: EDUFES, 2003.

KOGA, Dirce; SANT'ANA, Raquel Santos; MARTINELLI, Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. Serv. Soc. Soc.: São Paulo, n. 133, p. 399-405, 2018.

LOPES, Weber. Miscigenação, raça e branqueamento: o projeto de povo em Renato Kehl. In: ABRAMIDES, Maria (org). Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos. São Paulo: EDUC, 2021.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Avanços e desafios do debate sobre a questão racial no Serviço Social. Temporalis, Brasília, n. 44, p. 75-90, 2022.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PUC). 182 p. São Paulo, 2019.

PAULA, Aline Batista de. Serviço Social, educação e racismo: uma articulação necessária. EM PAUTA, Rio de Janeiro. v. 18, n. 45, p. 165 - 179, 2020.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios. 2014. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

VASSALO, Verônica Gomes. DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO: a questão racial na formação acadêmica do Assistente Social. Dissertação (Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PUC). 99 p. São Paulo, 2018.